

2

A Família

2.1

Recortes sobre a Família Brasileira

Etimologicamente, família deriva da palavra *famulus*, que significa “escravo, criado”. Almeida (1987) associa esse significado ao fato de que, na Antigüidade Clássica, o patrimônio da *pater familias* era composto não apenas pela esposa e filhos, mas também pelos escravos, agregados e bens móveis e imóveis, vinculando, portanto, o patriarcalismo à propriedade privada. Vale ressaltar que a sexualidade do homem se manifestava fora dessa esfera familiar. Essa concepção sofreu uma modificação a partir do Cristianismo, que alterou a moral familiar pela imposição do casal através da instituição do casamento. Assim, o sexo passou a ter uma conotação negativa, servindo apenas para a procriação; houve um incentivo à recusa do prazer; e, à mulher, foi delegado um papel de obediência, de submissão e de silêncio.

Samara (1987) realizou uma revisão crítica da análise histórica da família brasileira, afirmando sua importância na interpretação do passado brasileiro e na compreensão das funções sociais e econômicas desempenhadas pela família desde o Brasil Colônia. Ela mostra a família brasileira como sendo patriarcal em sua origem, em virtude da transferência e adaptação da família portuguesa para o Brasil ainda na condição de colônia, conferindo-lhe características essencialmente conservadoras, cujos resquícios podem ser encontrados na concepção familiar atual. Entretanto, a autora constata formas de organização diversificadas nos diferentes segmentos sociais, impossibilitando, desde aquela época, a caracterização da família brasileira em função de um único modelo. Assim, os arranjos familiares predominantes no início do séc. XIX no sul do país (extensas do tipo patriarcal) eram diferentes daquela composição mais comum no estado de São Paulo (patriarcal, mas não extensa) ou mesmo no nordeste (patriarcal e escravocrata, com um núcleo doméstico, além do consangüíneo).

Essa crítica à generalização do modelo de família patriarcal colonial também é feita por Almeida (1987), que a descreve como poligâmica, escravista e baseada na produção rural. Ela seria, portanto, um tipo de matriz que atravessa todo o campo social, repercutindo em diversas formas de configuração familiar (desde os escravos ao homem branco), do Brasil Colônia até os dias atuais. Além disso, se constituiria numa célula básica da nossa sociedade com repercussões na esfera política (clientelismo e populismo), nas relações de trabalho e poder (favorecimentos e feudos políticos em oposição aos direitos dos cidadãos) e nas próprias relações interpessoais (desrespeito à privacidade e à independência do indivíduo imposto pela personalidade “cordial” do brasileiro, sob a forma de uma falsa intimidade).

Neder (2002) afirma não haver uma fundamentação nem histórica, nem antropológica que sustente um modelo padrão de organização familiar ou de “família regular”. Diante disso, a autora propõe a referência a “famílias”, no plural, em consideração à multiplicidade étnico-cultural, que fundamenta a composição demográfica brasileira, e ao respeito à diferença. No entanto, esta multiplicidade não está isenta de conflitos e tensões. Historicamente, ela menciona a fundação da República como um momento de impasses, visto a necessidade de formação da nacionalidade e da cidadania, agregando as três raças (branca, negra e índia), o que incluía uma parcela de ex-escravos e de miscigenados de origem indígena e africana. Esse projeto de um novo país incluía um modelo de organização da família moderna, a “nova família”, que se caracterizava pelo padrão nuclear burguês e por hábitos inspirados nos modismos da *belle-époque* francesa e no conservadorismo inglês. À “nova mulher” coube um papel de mãe educadora e de suporte do homem para que este pudesse assumir as responsabilidades de trabalho fora de casa. Entretanto, a autora ressalta que esse projeto estava voltado para a família branca, de origem européia, excluindo os setores populares, em função do “medo branco” diante das massas de ex-escravos com sua liberdade recém-adquirida.

Outras interferências externas sofridas pela família são apontadas por Sarti (2003a), desde a Revolução Industrial, que separou o mundo do trabalho do mundo privado da família e provocou muitos efeitos sobre ela, em função dos diversos avanços tecnológicos gerados a partir daquela época. Ela aponta como influências mais recentes sobre a família o advento da pílula anticoncepcional, a

reprodução assistida (fertilização *in vitro*, inseminação artificial, etc) e mudanças de ordem diversa, como os exames de paternidade, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Constituição Federal de 1988 (com a alteração do estatuto legal da família, tornando a sociedade conjugal igualmente de responsabilidade entre homem e mulher, e o fim da diferenciação entre filhos legítimos e ilegítimos, por exemplo). Os impactos e transformações significativos ocasionados por esses e outros fatores promoveram diferentes respostas sociais e culturais, dificultando, portanto, a manutenção de um modelo único e naturalizado de família. Assim, esta se constituiria num terreno de ambigüidades e tensão, pois tais mudanças em curso não foram acompanhadas pela concepção de família como vinculada à “natureza biológica do ser humano”, especialmente ratificadas pelos dispositivos disciplinares vigentes em nossa sociedade tais como os jurídicos, médicos, psicológicos, religiosos e pedagógicos.

Essas mudanças na configuração familiar brasileira foram evidenciadas no Censo Demográfico realizado no país em 2000, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2005). A pesquisa mostrou que em 2000 (dados mais recentes publicados), mais da metade das famílias brasileiras (55,4%) era formada pelo casal com seus filhos, obedecendo ao modelo de família nuclear, principalmente nos municípios com população de até 20 mil habitantes (57,4%).

A pesquisa revelou ainda que, das 48,2 milhões de famílias existentes no Brasil, 26,7% estavam sob a responsabilidade da mulher, correspondendo a 12,8 milhões de famílias, fenômeno ocorrido predominantemente nos grandes municípios (14,4%). Nos municípios menores, esse tipo de arranjo familiar representou 10,1% do total. Esses resultados, quando comparados com o censo de 1990, mostram um aumento na porcentagem das mulheres que exerciam a função de chefes de família: elas eram responsáveis por 7,7 milhões de famílias, ou 20,5% do total de 37,5 milhões. A maioria das mulheres responsáveis por domicílios não tinha marido ou companheiro. Apenas 1,8 milhão delas (do total de 12,8 milhões) viviam com o cônjuge. Havia 17,3 milhões de filhos ou enteados e 2,1 milhões de netos ou bisnetos vivendo sob a responsabilidade de mulheres. Enquanto isso, entre os 35,3 milhões de homens responsáveis por famílias, 31,5 milhões contavam com a presença da esposa ou companheira. Havia 58,4 milhões de filhos e enteados e 2 milhões de netos e bisnetos vivendo com responsáveis homens. O IBGE atribui o crescimento do tipo de família monoparental feminina

(mulher responsável, sem cônjuge) em função de dois fatores principais: a elevada expectativa de vida da mulher, oito anos mais alta que a do homem, e a maior autonomia econômica adquirida nas últimas duas décadas.

Também foram constatadas mudanças no tamanho das famílias, as quais vêm sofrendo reduções sistemáticas como reflexo da queda da fecundidade. Em 1980, as famílias brasileiras eram compostas por 4,5 pessoas, em média. Em 1992, o tamanho médio passou para 3,7 pessoas e, em 2001, obteve-se a média de apenas 3,3 membros. Em termos regionais, a média mais elevada se encontra nas regiões Norte e Nordeste, ambas com média de 3,7 componentes por família, enquanto no Sul e no Sudeste o tamanho médio é 3,2 pessoas.

Além dessas mudanças nos padrões de organização familiar no Brasil, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2001 mostraram que, nas duas últimas décadas, no Brasil, o tipo predominante de família ainda é composto pelo casal com seus filhos (53,3% em 2001), mas a participação desse arranjo no total caiu desde 1992 (59,4%), seguindo uma trajetória de queda já verificada nas últimas décadas.

Essas transformações na caracterização e na configuração da família brasileira propiciam uma diversidade de questões sobre o tema família, a começar pela sua própria conceituação.

2.2

Sobre o Conceito de Família

Tanto as questões apontadas pela literatura sobre o tema, quanto os dados levantados pelas pesquisas mostram que a complexidade do tema “família” é indiscutível, repercutindo na dificuldade de se obter uma definição universal e globalizadora. Ao mesmo tempo, é fundamental que o profissional interessado em estudar famílias, ou em trabalhar com elas, possua algum tipo de concepção das mesmas. A tentativa de conceituar a família implica a escolha de uma área específica (Antropologia, Psicologia, Sociologia, Serviço Social, Direito) e, dentre elas, a opção por uma abordagem específica. No campo da Psicologia Clínica, os principais eixos de referência teórica são a psicanálise e a teoria sistêmica.

Costa (1999), após apresentar diversas definições de família, tanto na perspectiva das teorias de reconstrução histórico-hipotética (numa visão da

Sociologia e da Antropologia), quanto das teorias psicanalítica e sistêmica, afirma que nenhuma delas abarca a totalidade da família enquanto fenômeno social. Ele sustenta que:

cada família é uma família na medida em que cria seus problemas particulares e estrutura suas formas específicas de lidar uns com os outros, com suas próprias percepções sobre esse universo e com o mundo externo, concreto, além de seus vínculos. (...) não existem famílias, mas configurações vinculares íntimas que dão sentimento de pertença, habitat, ideais, escolhas, fantasmas, limites, papéis, regras e modos de comunicar que podem (ou não) se diferenciar das demais relações do indivíduo humano no mundo. (COSTA, 1999, p. 76, grifos do autor)

É evidente que a família, ao longo dos anos, vem sofrendo outras influências, tais como o processo de urbanização, as variações do mercado de trabalho, os reflexos da mídia, as crises sociais, etc. Não obstante, é inquestionável sua importância na formação dos cidadãos e na constituição da sociedade como um todo. Apesar da diversidade de opiniões sobre esse tema, os estudiosos da área convergem quanto a considerar a família como um sistema fundamental no processo de formação da subjetividade e na formação da sociedade. É nela que, independente do contexto social no qual está inserida, são trocadas experiências, estabelecidos os primeiros relacionamentos (inclusive aqueles de intimidade), experimentados conflitos, desenvolvidas as habilidades, aprendidos os valores culturais e as normas para a convivência (Carvalho, 2002; Costa, 1999; Sarti, 2003a, 2003b; Szymanski, 2002; Velho, 1987).

Valente (2003) sintetiza essa função formadora ao afirmar que “família é fábrica de gente. É na família que se aprende a ser homem ou mulher, que se aprende a amar, a ter disciplina e a respeitar regras” (p. 15).

Partindo dessa perspectiva, entendo ser fundamental a consideração da família a partir da perspectiva de quem a constitui. Assim, concordo com a concepção de família proposta por Sarti (2003a), a qual a concebe como uma categoria “nativa”, ou seja, em função do sentido que aquele que a vive lhe atribui, como um “ponto de vista”. Ela sugere:

(...) uma abordagem de família como algo que se define por uma história que se conta aos indivíduos, ao longo do tempo, desde que nascem, por palavras, gestos, atitudes ou silêncios, e que será por eles reproduzida e re-significada, à sua maneira, dados os seus distintos lugares e momentos na família. Dentro dos referenciais sociais e culturais de nossa época e de nossa sociedade, cada família terá uma versão da sua história, a qual dá significado à experiência vivida. Ou

seja, trabalhar com famílias requer a abertura para uma escuta, a fim de localizar os pontos de vulnerabilidade, mas também os recursos disponíveis (SARTI, 2003a, p. 26).

A autora parte do pressuposto de que a família constrói sua própria história, na qual são expressos o significado e a explicação da realidade vivida a partir dos elementos acessíveis a seus membros na cultura a qual pertencem, tanto objetiva, quanto subjetivamente. Assim, qualquer definição sobre família não pode ser apriorística em relação à sua própria realidade, mas deve abarcar a construção que ela faz de si, de acordo com sua cultura, com suas construções simbólicas, com o espaço e tempo em que vive. A partir do que a literatura aponta e de minha experiência de campo, acredito serem pertinentes tais afirmações e possuírem um matiz diferenciado quando se pensa a família das comunidades populares.

2.3

Sobre a Família das Comunidades Populares

Sendo o Brasil um país no qual a maioria da população é pobre, torna-se fundamental que o segmento popular seja privilegiado no desenvolvimento de estudos, pois há diferenças significativas entre suas particularidades e as dos segmentos médios e altos. No Brasil, a linha de pobreza é estabelecida em meio salário mínimo de renda familiar mensal *per capita* e a linha de indigência, em ¼ do salário mínimo de renda familiar mensal *per capita*. Em geral, as comunidades populares são vinculadas, essencialmente, à falta de recursos financeiros, mas há repercussões em outras dimensões que extrapolam essa esfera. A vida das pessoas moradoras nessas comunidades caracteriza-se pela presença de vários fatores estressores (apesar de nem todos serem exclusivos deste segmento social), muitas vezes concomitantes como, por exemplo, desemprego, dependência de álcool e drogas, envolvimento com o tráfico e com o crime organizado, fome, abuso sexual, violência domiciliar e na comunidade, mortes precoces, precariedade de moradia, ausência de saneamento básico e a inexistência ou ineficiência do serviço público o qual, muitas vezes, não atende suas necessidades, nem minimamente. Somam-se a tudo isso as especificidades étnicas, culturais,

regionais e religiosas, causando impacto tanto na concepção de família, quanto na sua estrutura, dinâmica e nos aspectos mais cotidianos de sua existência.

Outro fator preponderante sobre a família de classe popular refere-se ao preconceito que uma parte da sociedade em geral tem dela, produzindo intolerância, desqualificações e outros prejuízos. Neder (2002) descreve essa situação desde a Proclamação da República, quando os negros, índios e mestiços foram vítimas de exclusão, por exemplo, na falta de acesso à propriedade da terra, pela crença arraigada no racismo biologista de que a “massa” não estava preparada, isto é, não tinha nem aptidão nem inteligência suficientes para cultivar a terra por conta própria. Com isso, no que se referia às famílias populares de origem africana, “pouco se podia fazer, pois o determinismo biológico que inferiorizava os negros conduzia a uma profunda descrença na eficácia de qualquer política social de inclusão destes setores” (p. 33). Essa lacuna foi preenchida, em parte, pela assistência prestada por setores da Igreja Católica, reforçando um modelo de “família-padrão” a partir do modelo europeu, moralista, higienizado, patriarcal e de rígidos conceitos ligados à sexualidade.

A autora ressalta também duas conseqüências da história da família popular brasileira: a primeira enfatiza que muitas das percepções construídas pelas elites ao longo da história persistem intensamente até os dias atuais; a segunda aponta para a relação pobreza-família irregular, presente, inclusive, nas políticas sociais. Ela conclui sustentando que um caminho para minimizar o preconceito e melhorar a qualidade dos serviços prestados a essa parcela da população diz respeito à valorização das diferenças étnico-culturais, mediante o aprimoramento de instrumentos que permitam o conhecimento de sua realidade e de suas características, bem como a atenção aos aspectos históricos e culturais.

Coerentes com essa perspectiva, alguns autores de diversas áreas das Ciências Humanas desenvolveram estudos sobre as famílias de baixa renda, os quais apontaram para particularidades que propiciaram o reconhecimento de uma caracterização geral: em sua maioria são extensas, chefiadas freqüentemente por mulheres, as moradias pequenas para uma família numerosa, baixa escolarização e renda insuficiente (Gomes, 1988; Hine, 1995; Oliveira & Bastos, 2000; Saleh, 2001; Sarti, 2003a, 2003b). Além disso, geralmente estão diretamente envolvidas ou sofrem intervenções de outros sistemas ou instituições de proteção ou assistência: escola, judiciário, ONG's, igrejas, Estado, etc. Os autores também são

unânicos quanto à importância de se desenvolverem mais estudos sobre esse segmento específico da população brasileira, pois, muitas vezes, as ações desenvolvidas junto a elas não condizem com sua realidade ou partem de uma concepção fragmentada de família.

Gomes (1988) realizou uma pesquisa com famílias de uma comunidade carente da periferia de São Paulo, cujo objetivo foi conhecer o significado de família a partir da observação atenta do cotidiano delas, possibilitando a descrição, análise e interpretação dos dados coletados à luz da *Dasein*-análise de Heidegger. A autora verificou uma distinção entre “família pensada” e “família vivida”, sendo a primeira referente a um conjunto de regras e diretrizes a serem seguidas na dinâmica familiar, como modos de ser na família estabelecidos previamente e apresentados como um “jeito certo” de viver em família nas diferentes situações de seu cotidiano. A segunda caracterizou-se pelos “modos de agir habituais dos membros da família, que tanto podem ser coerentes com as regras pensadas, como não.” (p. 469), revelando o modo concreto como a família vive. Em trabalho posterior (Szymanski, 2002), a família vivida foi definida como “um grupo de pessoas, vivendo numa estrutura hierarquizada, que convive com a proposta de uma ligação afetiva duradoura, incluindo uma relação de cuidado entre os adultos e deles para com as crianças e idosos que aparecerem nesse contexto” (p. 26). A partir dos resultados obtidos na pesquisa, a autora sustentou que essa diferenciação entre perspectivas familiares (pensada e vivida), associada às características e fragilidades pessoais, gera uma diversidade de conflitos intrafamiliares que precisa ser considerada pelos profissionais da saúde, sobretudo pelo psicólogo.

Além dessa diferenciação, outra contribuição dessa autora foi no tocante à apresentação dos aspectos constantemente presentes na experiência de viver em família das pessoas entrevistadas: a família tinha, como ponto de partida, a decisão de ser constituída em função de um fator afetivo (por exemplo, um vínculo de criação ou de apadrinhamento), e não necessariamente o laço consanguíneo; havia uma hierarquia que orientava as relações interpessoais de acordo com o critério mandar/obedecer, seja do homem em relação à mulher, seja dos mais velhos em relação aos mais novos; observou-se a existência de formas veladas e explícitas de burlar as regras vigentes no grupo familiar; ao homem era atribuída a responsabilidade pelo provimento das necessidades materiais e à

mulher cabia o cuidado com o bem-estar físico e afetivo dos filhos; o vínculo afetivo era mais intenso entre a mãe e os filhos, sendo que, em caso de separação era a mulher quem passava a assumir a responsabilidade pelas crianças (Gomes, 1988).

Os laços das famílias moradoras numa comunidade popular da periferia de São Paulo são reportados como tendo grande importância para seus membros, conforme afirma Mello (2002). Ela distingue, pelo menos, três tipos de laços: a família nuclear própria (composta por pai, mãe e filhos), a família composta por várias famílias nucleares que moram juntas por questão de sobrevivência (pais, filhos, avós, sobrinhos, etc) e a família que inclui pessoas sem laços consanguíneos (apadrinhamento ou outros tipos de alianças). Essa diversidade de arranjos leva-a a ratificar o polimorfismo familiar como alternativas de organização (em oposição à noção de que se tratam de famílias “desorganizadas”).

Ainda no que se refere à caracterização da família menos favorecida economicamente, outra autora oferece contribuições relevantes para o presente estudo. Sarti (2003b), antropóloga, realizou uma pesquisa sobre o modo particular de construção da noção de família como uma ordem moral entre famílias pobres da periferia de São Paulo. A autora destacou o uso da categoria “pobres” por ter sido o modo como a população estudada se autodefiniu, em relação à sociedade mais ampla. Esse trabalho permitiu a distinção das seguintes características da família pobre: configuração em rede (em oposição à concepção de constituição em núcleo composto por pai, mãe e filhos), referindo-se à “rede de relações na qual se movem os sujeitos em família e que provê os recursos materiais e afetivos com que contam” (p. 28); distinção entre “casa”, cuja responsabilidade ficaria a cargo da mulher, e “família”, que seria da responsabilidade do homem, constituindo um par complementar, mas hierárquico; a não desvinculação com a família de origem a partir do casamento, especialmente em função das obrigações familiares que se mantêm; ciclo de desenvolvimento da vida familiar com rupturas frequentes, principalmente na fase de criação dos filhos, em função da instabilidade característica da vida desse segmento da população; grande número de famílias chefiadas por mulheres; vínculo mais forte entre pais e filhos; e, finalmente, circulação da criança pela rede social em que a família está envolvida. A autora afirma ainda que a família possui uma

importância central para os pobres por se constituir como rede de apoio ou ajuda mútua em função da sua condição de desamparo social.

Em trabalho posterior, a autora ressalta que a noção de família entre os pobres se dá em torno de um eixo moral, de acordo com critérios de obrigações recíprocas, sobrepondo-se às relações de parentesco e de consangüinidade. Assim, “*são da família aqueles com quem se pode contar, quer dizer, aqueles em quem se pode confiar.*” (Sarti, 2003a, p. 33, grifos da autora)

Resultados semelhantes foram obtidos por Saleh (2001) na realização de um estudo junto a famílias de baixa renda, na cidade de São Paulo, sobre suas definições acerca de quem consideravam como sua família, quais os critérios que utilizavam para definir esse grupo, como pensavam, sentiam e o que faziam em relação às diferentes demandas que surgiam no transcorrer de sua vida cotidiana. No que se refere a quem era considerado família, os filhos apareciam em primeiro lugar, seguidos pela mãe, irmãos, cunhados, netos, Deus e também por estranhos. Quanto aos critérios de pertencimento familiar, a autora obteve os seguintes junto aos entrevistados: convivência e qualidade de convivência, grau e disponibilidade para ajudar, o aspecto transgeracional (aparecendo como uma oportunidade de fazer diferente e como dificultador para as relações no presente) e fatores afetivos. A vizinhança se constituía numa rede muito presente na vida dessas famílias por viverem situações semelhantes de dificuldades materiais e afetivas e por estabelecerem um alto nível de trocas. O projeto de vida dessas famílias estava intimamente vinculado aos aspectos materiais (ter casa, comida e roupa), enquanto que o projeto para os filhos referia-se à perspectiva de estudos e trabalho.

Outro aspecto interessante revelado na pesquisa dessa autora foi no tocante às preocupações presentes no cotidiano das famílias residentes em comunidade popular, a saber: o local de moradia (na favela, tamanho reduzido, condições precárias e posse: própria ou aluguel); impossibilidade de dar aos filhos o que eles querem; violência (drogas, abuso sexual, estupro, ligação com o crime, tiroteio/bala perdida); gravidez de filha adolescente; ausência de um homem em casa e, conseqüentemente, a necessidade de criação dos filhos sozinha; falta de apoio; o tipo de amizade dos filhos e ficar na rua (a qual é vista como um local perigoso, em função das drogas, do crime e das más companhias). Outra grande

preocupação são os filhos homens, pois as filhas são mais receptivas ao diálogo e aos conselhos.

Quanto aos fatores estressores comuns no ciclo de vida familiar das famílias entrevistadas, Saleh (2001) pontuou os seguintes: desemprego, pobreza, condições precárias de moradia, violência na comunidade onde vivem, violência intrafamiliar, uso abusivo de drogas e de álcool, doença de um dos membros, gravidez de filha adolescente, saída do companheiro de casa e dificuldade de acesso à rede de atendimentos (de saúde, escolar, legal, etc). Ela sustenta que as diferentes formas de enfrentamento encontradas por essas famílias:

estão relacionadas à capacidade de manter a família unida, prover materialmente os filhos, dar uma boa educação, conseguir ter moral, ser respeitado e fazer com que os filhos não quebrem essas regras, como, por exemplo, que a filha não engravide, que o filho não caia no vício. Então, para alcançarem esses objetivos, elas apelam para a ajuda divina: fé, esperança, força de vontade. (SALEH, 2001, p. 156)

Cardoso & Féres-Carneiro (2007), a partir do relato de membros dos grupos desenvolvidos no Programa Saúde da Família, em Vespasiano (MG), no projeto de extensão que originou esta pesquisa, verificaram que as pessoas têm a família como uma referência fundamental na vida, no sentido de experiência de felicidade, suporte e promoção de equilíbrio pessoal. Pessoas chegaram a associar, inclusive, um vínculo estreito entre a qualidade de sua relação familiar e seu estado de saúde. Entretanto, ela também foi associada a experiências de conflitos entre os membros, preocupações, solidão e sofrimento. Um aspecto ressaltado pelos participantes dos grupos diz respeito à importância do diálogo entre pais e filhos, mas uma investigação mais detalhada revelou que o que eles chamavam de diálogo, trata-se de um tipo de comunicação através da qual os pais falam e os filhos obedecem. Outro elemento bastante valorizado na família é Deus, seja como referência na criação dos filhos ou como fator promotor de força e de coragem para superar as vicissitudes da vida.

Uma consideração que merece destaque é no que tange à ênfase das pessoas daquela comunidade de baixa renda à perspectiva interpessoal da dinâmica familiar, tanto no que diz respeito às expectativas e idealizações, quanto às dificuldades de relacionamento. As autoras salientam que não houve menção a sofrimentos por não possuírem uma configuração familiar idealizada (composta

por pai, mãe e filhos), mas a experiências do seu cotidiano (brigas, abandono, alcoolismo, violência, etc.). Também foram descritas situações nas quais a postura individualista de algum membro acarretava conflitos e solidão.

Outro resultado apontado se refere ao critério de pertencimento familiar:

São considerados 'da família' aqueles que colaboram com o seu cotidiano ou que estão disponíveis nas situações difíceis, não sendo contemplados os laços sanguíneos como um critério para tal pertencimento (como ocorre com alguns vizinhos, por exemplo). Essa referência à colaboração é válida também para os maridos. Aqueles que não comparecem positivamente, que bebem ou não ajudam, não são considerados como parte da família. (CARDOSO & FÉRES-CARNEIRO, 2007)

Esse trabalho apontou para o fato de que os filhos e a família de origem sempre são considerados como família. Ainda assim, há uma expectativa de respeito à hierarquia na relação entre pais e filhos, o que é experimentado com algum sofrimento quando isso não ocorre. Entretanto, são descritos relatos nos quais o marido só é considerado como membro da família dependendo do tipo de envolvimento e de contribuição que ele tem a oferecer.

Em Belo Horizonte, essa contribuição fica comprometida se considerarmos o critério de sustento financeiro da família. Num estudo cujo objetivo foi verificar a importância da participação da mulher cônjuge para a provisão familiar em famílias que vivem em situações de pobreza na capital mineira, Oliveira (2005) constatou que o homem é o provedor principal em apenas 23,7% das famílias, ao passo que a mulher provedora representa 74,5%. Ela passou a exercer a função de co-provedora (ou seja, participar com 40 a 60% da renda familiar) em 78,6% das famílias. Esses dados apontam para uma inversão dos papéis no que diz respeito ao sustento econômico, mostrando que, nas famílias pobres, a mulher substituiu o homem na posição de principal arrimo financeiro. A autora conclui que os homens desse segmento social vêm sofrendo uma redução das suas oportunidades de inserção no mercado de trabalho, aumentando, portanto, os níveis de desemprego e de sub-empregos. Já a mulher obteve essa ampliação no mercado em função das oportunidades de emprego doméstico. Essa reversão de papéis parece refletir também em outro índice trágico: o aumento da violência doméstica. Considerando-se que a função de provedor legitima uma posição de dominação sobre os demais membros da

família, na medida em que o homem perde essa condição, ele responde com atos de violência intrafamiliar.

Em outra investigação realizada nas capital mineira, Vasconcelos (1999) teve como objetivo analisar o significado da metodologia de educação popular em saúde no combate às doenças infecciosas e parasitárias e nos serviços de atenção primária à saúde no Aglomerado Morro das Pedras, região vizinha à comunidade na qual a presente pesquisa foi realizada. Por se tratar de uma pesquisa-ação, ele se inseriu num Centro de Saúde Pública que atendia a região e ampliou o seu espectro de observações. Com isso, suas reflexões foram muito além dos aspectos físicos das pessoas envolvidas no seu trabalho, pois “atuar apenas para alongar a sobrevivência biológica é um objetivo muito limitado” (p. 152). Nesse processo, o autor reconheceu a família como possuidora de um papel fundamental na formação da identidade do indivíduo e na construção da sociedade. Ele salientou que, mesmo entre as pessoas mais miseráveis, “a família mostrou-se como eixo central de sobrevivência e preservação do mínimo de felicidade e de dignidade” (p.151). Assim, os fatores da vida familiar influenciam as atitudes das pessoas na sua relação consigo mesmas e com o seu entorno.

A proximidade que o autor teve com a população daquela comunidade, a sua avaliação sobre a relação entre esta última e os profissionais do Centro de Saúde Pública, bem como o aprendizado decorrente de toda a experiência de campo estão detalhadamente apresentadas nessa obra. Porém, uma consideração que merece destaque refere-se às repercussões que a pobreza tem na infância. Como o espaço entre as casas é mínimo e os becos são contaminados por lixo e esgotos, as brincadeiras das crianças ficam restritas e marcadas pela falta de espaço. Muitas mães, inclusive, mantêm os filhos trancados em casa, como uma tentativa de protegê-los dos perigos ao redor. Com isso, a possibilidade de brincar fica restrita aos cômodos da casa (muitas vezes único e minúsculo, quando se trata de um barraco, construído com material inadequado). Com essa falta de espaço e a energia das crianças, é comum que as brincadeiras acabem tirando o sossego e gerando atritos na família, o que torna as crianças contidas ou agressivas. Mas o autor revela também que muitas crianças têm sua infância abreviada pelo trabalho precoce, seja em casa, ajudando na criação dos irmãos mais novos e assumindo a responsabilidade pelas atividades domésticas, seja na rua, fazendo biscates para colaborar com a renda familiar.

Na minha experiência de campo, adquirida na assistência psicológica a comunidades carentes, evidenciei claramente tais especificidades descritas na literatura sobre as famílias menos favorecidas socialmente. Entretanto, o que despertou minha atenção foi que, ao propiciar encontros cujo tema era a família, a partir de suas experiências, as pessoas falaram de outras situações e conteúdos, priorizando não tanto a “estrutura” de sua família, mas os sentimentos e crenças que estão vinculadas à dinâmica familiar, possibilitando uma concepção peculiar de família. Nesse momento, senti necessidade de abordar a família a partir da perspectiva da vivência de seus membros. Para isso, optei por adotar o método fenomenológico de pesquisa, conforme explicitado a seguir.